



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Folha nº

Fórum Des. Joaquim Sousa Neto

Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal

SAM LOTE M, 1º ANDAR, SALA 101, SAM, Telefone: 3103-4301/ 3103-4302, Fax: 3103-0296, CEP: 70620130, BRASILIA-DF, Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00

MANDADO DE NOTIFICAÇÃO MS AUT. COATORA



URGENTE

Cristiana Torres Gonzaga

Juíza de Direito Substituta da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF,

MANDA ao Oficial de Justiça a quem este for distribuído que, de acordo com os autos da **AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA nº 2016.01.1.093574-9**, impetrada por **CITY SERVICE SEGURANCA LTDA** contra ato do(a)(s) **PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, em seu cumprimento, **NOTIFIQUE** a(s) autoridade(s) coatora(s) Impetrado: **PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, no endereço: **PRACA DO BURITI - ZONA CIVICO-ADMINISTRATIVA - BRASILIA/DF - CEP: 70075901**, por todo o conteúdo do presente e da peça anexa, devidamente autenticada, que servirá de contrafé, para que preste(m) as competentes informações - no prazo de **10 (dez) dias**, consoante o disposto no Art. 7º, item I, da Lei nº 12.016, de 07/08/2009.

Processo: 2016.01.1.093574-9 Classe : Mandado de Segurança Assunto : Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Impetrante: CITY SERVICE SEGURANCA LTDA Impetrado: PREGOEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Cuida-se de Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado por CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. em face da PREGOEIRA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI) e da DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Alega a Impetrante que: a) 2ª Requerida foi declarada vencedora do certame voltado ao item 2, do Pregão Eletrônico n. 26/2016 - TCDF (Prestação de Serviços de Brigada de Incêndio), b) o item n. 4.4, I, do Edital veda a participação na licitação de empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, c) a atividade principal e secundária da vencedora é incompatível com o objeto da licitação, pois voltada à construção civil, d) em razão de sua atividade econômica principal (instalação e manutenção elétrica) se utilizou indevidamente do benefício de desoneração de folha de pagamento, no percentual de 20% do INSS, obtendo vantagem não extensível aos licitantes do ramo de brigada de incêndio e segurança. Postula, em sede de liminar, a suspensão do item 2 do Pregão Eletrônico n. 26/2016 - TCDF ou a suspensão da execução contratual, caso tenha ocorrido a adjudicação, homologação e assinatura do contrato. No mérito, pede a declaração de nulidade do ato administrativo e a consequente desclassificação da 2ª Requerida. Acompanham a inicial os documentos de fls. 14/222. Segundo o art. 7º, Inc. III, da Lei n. 12.016/2009, "ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica". Verifica-se, portanto, que, em sede de mandado de segurança, existem 2 (dois) requisitos básicos para deferimento de medida liminar: a) relevância da fundamentação e b) perigo de ineficácia da medida. A relevância da fundamentação se encontra presente, pois, o art. 3º da Lei n. 8.666/93 estabelece que "a



Remetido em ____/____/____

**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOSFolha nº **Fórum Des. Joaquim Sousa Neto**

Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal

SAM LOTE M, 1º ANDAR, SALA 101, SAM, Telefone: 3103-4301/ 3103-4302, Fax: 3103-

0296, CEP: 70620130, BRASILIA-DF, Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00

licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". A 2ª Requerida atua no ramo da construção civil e foi declarada vencedora do certame voltado ao item 2, do Pregão Eletrônico n. 26/2016 - TCDF (Prestação de Serviços de Brigada de Incêndio), apesar de o item n. 4.4, I, do Edital vedar a participação na licitação de empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação. Existem, ainda, evidências de que a 2ª Requerida, em razão de sua atividade econômica principal (instalação e manutenção elétrica) se utilizou do benefício de desoneração de folha de pagamento, no percentual de 20% do INSS, obtendo vantagem não extensível aos licitantes do ramo de brigada de incêndio e segurança, o que à primeira vista constitui ofensa ao princípio da igualdade entre os licitantes. Tais constatações são suficientes para demonstrar a fumaça do bom direito, pois há indícios da inobservância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório (item 4.4, I) e da isonomia (concessão de benefício à 2ª Requerida não extensível aos demais licitantes). Evidencia-se, de igual forma, o perigo da demora, pois o prosseguimento do certame retira do Impetrante a possibilidade de prosseguir na disputa e ao final obter a adjudicação do objeto da licitação. o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar a suspensão do item 2 do Pregão Eletrônico n. 26/2016 - TCDF ou a suspensão da execução do Contrato, caso tenha ocorrido a adjudicação, homologação e assinatura do contrato, até decisão em sentido contrário. Notifique-se a autoridade coatora do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações. Dê-se ciência do feito ao órgão de representação judicial do Distrito Federal, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito. Publique-se. Notifique-se. Intime-se. Brasília - DF, terça-feira, 06/09/2016 às 17h16. Cristiana Torres Gonzaga Juíza de Direito Substituta."

Brasília - DF, 06 de setembro de 2016 às 18h28. Eu, THAISSA SATIE TANIGUCHI, Diretora de Secretaria, assino o presente por determinação da MM. Juíza de Direito Substituta.


Thaissa Satie Taniguchi
Diretora de Secretaria

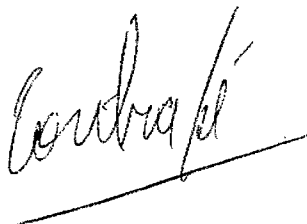
Processo nº 2016.01.1.093574-9

RECEBUE 07/09/2016 09:07:05
SEÇÃO DE REGISTRO E ARQUIVO
00000000000000000000

729700 25 2 1351

 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Remetido em ____/____/____



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ª VARA DE
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.**

CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA., empresa jurídica de direito privado, situada na SCIA Quadra 08, Conjunto 12, Lote 14, CEP: 71.250-730 – Brasília/DF, com CNPJ n. 37.077.716/0001-05, por seu advogado que ao final subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, impetrar, com base no artigo 5º, inciso LXIX da Constituição Federal, na Lei de nº 12.016 de 2009, e nos artigos 282, e seguintes do Código de Processo Civil, o presente

MANDANDO DE SEGURANÇA

com pedido de MEDIDA LIMINAR inaudita altera pars

contra ato ilegal e abusivo do Sr. Pregoeiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, função atualmente exercida pela senhora ALESSANDRA RIBEIRO ASTUTI, que poderá ser encontrada na **Praça do Buriti - Asa Norte, Brasília - DF, 70075-901** e, como terceiro interessado, em face da empresa **DLF ENGENHARIA COMÉCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ n.º 03.591.509/0001-44, empresa cuja proposta foi aceita e habilitada no certame que se deseja a paralisação, o que faz com as seguintes razões de fato e de direito:

DOS FATOS

Trata-se de Pregão Eletrônico N.º 26/2016 cujo objeto é a contratação, por meio de execução indireta, de serviços de vigilância patrimonial armada (ITEM 1) e brigada de incêndio (ITEM 2), para o atendimento das necessidades da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

A empresa **DLF ENGENHARIA COMÉCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA** foi declarada vencedora do certame voltado ao item 2 - Prestação de serviços de brigada de incêndio. Na fase da apresentação dos documentos e planilha de valores, a impetrante constatou que a empresa vencedora do certame havia deixado de cotar percentual de 20% do INSS, se utilizando, indevidamente, do benefício da desoneração de folha de pagamento. Em que pese o recurso administrativo formulado, o ilustre pregoeiro entendeu por bem negar provimento ao recurso. Não obstante, restará demonstrado a necessidade de liminarmente se suspender a adjudicação do certame e no mérito, julgar procedente os pedidos formulados para desclassificar a empresa vencedora, se não vejamos.

Pois bem, importante ressaltar novamente que o certame voltado ao item 2, visa a contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de brigada de incêndio, com vistas ao atendimento das necessidades da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). O primeiro fato que causa estranheza é que a empresa habilitada possui como atividade principal a instalação e manutenção elétrica. Na verdade, causa estranheza por si só o fato de uma empresa de Engenharia participar de um certame voltado a serviços de brigada de incêndio.

Ainda que se considere as atividades secundárias da empresa, quais sejam; **41.20-4-00 - Construção de edifícios; 71.12-0-00 - Serviços de engenharia; 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária; 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios; 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente; 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias; 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico; 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral; 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio -**

nenhuma é voltada especificamente a prestação de serviços de brigada de incêndio. Ora, nem de longe poderia se considerar instalações de sistema de prevenção contra incêndio como serviços de brigada de incêndio.

O próprio edital prevê a necessidade de contratação de empresa de brigada de incêndio, relatando, para tanto;

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Devido ao início de funcionamento da Escola de Contas no Edifício Garagem do TCDF, com a respectiva alocação de servidores, tornou-se necessária a disponibilização de serviços de vigilância patrimonial armada e de brigada de incêndio, para garantir:

2.1.1.1. Segurança física das instalações;

2.1.1.2. Segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e nos atendimentos de primeiros socorros e pré-hospitalar, de urgência, aos servidores e visitantes.

Portanto, justifica-se a realização do certame para garantir, dentre outros, a segurança preventiva e ostensiva no combate a incêndio e nos atendimentos de primeiros socorros e pré-hospitalar, de urgência, aos servidores e visitantes. Desta feita, indaga-se; uma empresa que possui como atividade principal instalação e manutenção elétrica e atividade secundária instalação de sistema de prevenção contra incêndio, possui capacidade técnica para prestação dos serviços? Evidente que não!

Seguindo esse mesmo raciocínio, o edital prevê que;

4.4. Não poderão participar desta licitação, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1. As empresas que:

I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

II. estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

III. estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas pelo TCDF, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993; e

IV. estejam impedidas de licitar e contratar com o Distrito Federal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Data máxima vênia, basta uma simples análise para constatar que a empresa vencedora do certame **não explora ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, de modo que deveria ser desclassificada de plano pela autoridade coatora, que assim não procedeu.**

O ilustre pregoeiro se apegou ao contrato social da empresa. Não obstante, ao que parece, trata-se de uma empresa de engenharia que possui vasta expertise em todos os ramos que se possa imaginar. A título de exemplificação, a autoridade coatora fez constar que o contrato social da empresa consta as atividades de prestação de serviços externos de engenharia, locação de mão de obra, conservação e limpeza de móveis e imóveis, instalação, montagem, manutenção preventiva e corretiva, operação e assistência técnica de equipamentos elétricos, eletrônicos, hidráulicos, de telefonia, prevenção e combate a incêndio, brigada de incêndio, ar condicionado, elevadores e escadas rolantes, refrigeração informática, grupo gerador, nobreak, energia solar, automação predial e demais equipamentos correlatos ao ramo; representação comercial por conta própria e de terceiros, construção civil, reformas, urbanização, saneamento, pavimentação e terraplenagem, com compra e venda no atacado e no varejo de material de construção em geral, elétrico, hidráulico, eletrônico, peças para condicionadores de ar, elevadores, escadas rolantes, de telefonia, refrigeração, informática e todo correlato ao ramo com estoque no local e manutenção em dispositivos de controle e monitoramento dos sistemas (centrais de automação dos sistemas de ar condicionado), ou seja, o ilustre pregoeiro se apegou ao objeto social de uma empresa que supostamente está apta a prestar todos os tipos de serviços que se possa imaginar.

Não obstante, repita-se, tanto o código e descrição da atividade econômica principal e secundárias, não fazem qualquer referência com o objeto principal do certame que é brigada de incêndio.

Na verdade, Excelência, a empresa considerada habilitada é uma empresa de Engenharia que além de não explorar ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação se utilizou de uma benesse da lei para ofertar proposta em valor inferior aos demais concorrentes. Explica-se.

A empresa DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO deixou de cotar o percentual de 20% de INSS sob fundamento de ser beneficiária da lei 12.456/2011, que desonera as empresas do recolhimento previdenciário de 20% sobre a folha de pagamento.

Pois bem, dispõe o artigo 7º da Lei 12.546/11 que;

Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 13.161, de 31/8/2015, publicada no DOU Edição Extra de 31/8/2015, em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação)

I - as empresas que prestam os serviços referidos nos §§ 4º e 5º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente após a publicação da Medida Provisória nº 563, de 3/4/2012, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação)

II - as empresas do setor hoteleiro enquadradas na subclasse 5510-8/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0; (Inciso acrescido pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente após a publicação da Medida Provisória nº 563, de 3/4/2012, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação)

III - as empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da CNAE 2.0, (Inciso acrescido pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, em vigor a partir de 1/1/2013)

IV - as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0 (Inciso acrescido pela Lei nº 12.844, de 19/7/2013, publicada no DOU de 19/7/2013, em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação)

V - as empresas de transporte ferroviário de passageiros, enquadradas nas subclasses 4912-4/01 e 4912-4/02 da CNAE 2.0; (VETADO na Lei nº 12.794, de 2/4/2013) (Inciso acrescido pela Lei nº 12.844, de 19/7/2013, em vigor a partir de 1/1/2014)

VI - as empresas de transporte metroferroviário de passageiros, enquadradas na subclasse 4912-4/03 da CNAE 2.0; (VETADO na Lei nº 12.794, de 2/4/2013) (Inciso acrescido pela Lei nº 12.844, de 19/7/2013, em vigor a partir de 1/1/2014)

VII - as empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0; (VETADO na Lei nº 12.794, de 2/4/2013) (Inciso acrescido pela Lei nº 12.844, de 19/7/2013, em vigor a partir de 1/1/2014)

§ 1º Durante a vigência deste artigo, as empresas abrangidas pelo *caput* e pelos §§ 3º e 4º deste artigo não farão jus às reduções previstas no *caput* do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a empresas que exerçam as atividades de representante, distribuidor ou revendedor de programas de computador, cuja receita bruta decorrente dessas atividades seja igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) da receita bruta total. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente após a publicação da Medida Provisória nº 563, de 3/4/2012, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação).

§ 3º (Revogado pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3/4/2012, ou da data da regulamentação referida no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715, de 17/9/2012, o que ocorrer depois)

§ 4º (Revogado pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3/4/2012, ou da data da regulamentação referida no § 2º do art. 78 da Lei nº 12.715, de 17/9/2012, o que ocorrer depois)

§ 5º (VETADO).

§ 6º No caso de contratação de empresas para a execução dos serviços referidos no *caput*, mediante cessão de mão de obra, na forma definida pelo art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e para fins de elisão da responsabilidade solidária prevista no inciso VI do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a empresa contratante deverá reter 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.715, de 17/9/2012, em vigor no 1º (primeiro) dia do 4º mês subsequente à data de publicação da Medida Provisória nº 563, de 3/4/2012, produzindo efeitos a partir de sua regulamentação, com redação dada pela Lei nº 12.995, de 18/6/2014)

A autoridade coatora relatou que a recorrida encontra-se legalmente desonerada em razão de sua atividade econômica principal (CNAE) pertencer ao grupo 432, nos termos do art. 7º, inciso IV da citada lei. Não obstante, o grupo 432 é voltado

para instalação e manutenção elétrica, que não possui qualquer relação com o objeto do certame – brigada de incêndio.

Ou seja, a empresa vencedora do certame, se utiliza de um benefício disposto na lei para empresas do ramo de construção civil e utiliza-se do contrato social abrangente para prestar serviços de brigada de incêndio, cujo benefício para estas empresas (brigada de incêndio e segurança) é vedado a adesão à lei 12.546. Em suma, ou a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA é empresa voltada ao ramo de construção civil e se beneficia da desoneração da folha, ou é voltada ao ramo de segurança e brigada e não se beneficia da folha.

Sobre o tema, importante colacionar o parecer abaixo;

**“MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA
SECRETARIA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO
PARECER SEORI/AUDIN-MPU Nº 1.791/2014**

Referência : Ofício/MPF/PGR/SA/Nº 280/2014. Protocolo PGR nº 88330/2014.

Assunto : Administrativo. Desoneração de folha de pagamento.

Interessado : Secretaria de Administração do Ministério Público Federal.

(...)

ACÓRDÃO TCU Nº 2.859/2013 – PLENÁRIO

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que:

9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei

12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;

9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo;

9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;

9.3. determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados e à Secretaria-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União que adotem, no âmbito de seus contratos, as medidas indicadas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2, acima, e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as providências adotadas, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida;

9.4. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação, bem como da instrução da Selog, às unidades acima citadas;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que realize o monitoramento das determinações acima.
(...)

11. Sobre a identificação das empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, cabe notar que as atividades desoneradas encontram-se elencadas na Lei nº 12.546/2011 e no Decreto nº 7.828/2012. A mencionada legislação trouxe uma diversidade de ramos de atividades que foram beneficiadas pela alteração na forma de recolhimento do INSS. **Portanto, a Administração deve identificar quais contratos têm como objeto essas atividades e notificar as empresas para que apresentem o novo valor reduzido do contrato para fins de cálculo do total a ser ressarcido ou ofereça outras**

razões de fato e de direito a respeito do assunto, em conformidade com a legislação. (g.n)''

Portanto, a questão central para que se tenha ou não a desoneração da folha, está diretamente ligado ao objeto do contrato. Caso contrário, qualquer empresa poderia alterar o CNAE ou o contrato social da empresa, inserindo serviços de engenharia, segurança e brigada de incêndio, para se beneficiar das benesses da lei, caracterizando, dessa forma, indubitável fraude fiscal. Alias, se não fosse a desoneração utilizada de forma indevida pela empresa DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO, sua proposta, considerada vencedora, sequer estaria entre as primeiras colocadas.

Portanto, Excelência, os serviços que serão prestados no certame em questão não são passíveis de desoneração da folha. A empresa vencedora do certame é empresa voltada a Serviços de Engenharia, utilizando-se, para tanto, das benesses da lei 12.546/2011. A autoridade coatora, ao entender pela habilitação da empresa, permitiu um critério que beneficia única e exclusivamente a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA, ferindo o princípio da isonomia, bem como o princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ao permitir e habilitar empresa que **não explora ramo de atividade compatível com o objeto do certame ora impugnado.**

Desta feita, merece ser declarada desclassificada a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA, tendo em vista a utilização de declaração falsa no intuito de obter um benefício que não faz jus, restando, demonstrado, a burla ao princípio constitucional da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

Da concessão da liminar

Do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*

É cediço que a concessão de segurança pressupõe a existência de direito líquido e certo, violado ilegalmente ou com abuso de poder por ato de autoridade. Art. 1º, da Lei 12.016/2009.

Por sua vez, a concessão de ordem liminar, na espécie acima, reclama presença de *fumus boni juris* e *periculum in mora*, os quais, quando provados (a prova em mandado de segurança é pré-constituída), autorizam que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida.

O *fumus boni juris* e a prova pré-constituída são comprovados de plano pelos documentos carreados aos autos, principalmente pelos documentos que comprovam que a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA é voltada a construção civil, se utilizando de um benefício da lei de desoneração, permitido para esse ramo de atividade (construção civil), e vedado para empresas que exploram serviços de segurança e brigada de incêndio.

O segundo requisito, *periculum in mora*, também se mostra presente, uma vez que o certame está em vias de ser adjudicado em face da empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA, o que acarretará imensuráveis prejuízos às demais empresas concorrentes e o que acarretará, caso não seja concedida a liminar, em grave violação aos princípios da isonomia e vinculação do edital.

Portanto, caso seja assinado o contrato e conseqüentemente concluído o processo licitatório, tal fato ensejará a celebração do contrato e o início de sua execução, situação que resultará em prejuízo de difícil reparação para a Impetrante, de modo que justifica-se a necessidade de ser deferida a liminar pleiteada.

Nesta linha, até que o mérito do presente *mandamus* seja apreciado, urge suspender o prosseguimento da licitação em referência, de modo a evitar lesão a direito líquido e certo da Impetrante e das demais empresas que participaram do certame.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, com os documentos anexos, requer se digne Vossa Excelência;

Receber e processar o presente *mandamus*, nos termos da Lei 12.016, de 2009.

Suspender, liminarmente, *inaudita altera pars*, até o julgamento do mérito, o item 2 do Pregão Eletrônico N.º 26/2016 do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - de modo a evitar sua conclusão com os consequentes atos de adjudicação, homologação e assinatura do contrato.

Na eventualidade da empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA** ter assinado o contrato e assumido a prestação dos serviços, requer a suspensão da execução pela empresa, até o julgamento definitivo da presente demanda.

Quanto ao mérito, requer que seja concedida a segurança vindicada, para desclassificar a empresa **DLF ENGENHARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, considerando-a inabilitada, com o prosseguimento do certame quanto às demais propostas apresentadas.

Caso assim entenda, requer que seja determinado ao Sr. Pregoeiro a aplicação das sanções impostas no edital, especialmente pela violação a cláusula 4.4.1, inciso I do edital, ressaltando, novamente, que a empresa considerada vencedora não explora ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

Requer, ainda, que sejam notificada a autoridade apontada como coatora para, querendo, prestar as informações de estilo, no prazo legal, e que seja ouvido o Digno representante do Ministério Público.

Indica como órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, para os fins do inciso II do art. 7º da Lei n. 12.016/2009, a Procuradoria Geral do Distrito Federal, situada na SAM Bloco "I" Edifício Sede - CEP: 70620-000.

Dá à causa o valor de **R\$ R\$ 822.999,96** (oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), valor habilitado e aceito para a empresa DLF Engenharia Comércio e Representação LTDA.

Nestes Termos.

Pede Deferimento

Brasília/DF, 5 de setembro de 2016.



GERMANO CESAR DE OLIVEIRA CARDOSO
OAB/DF 28.493